

Prefeitura Municipal de Bom Despacho Estado de Minas Gerais

Gabinete do Prefeito

Of. nº 346/2022/GPBCN

Bom Despacho, 01 de julho de 2

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador Vinícius Pedro Tavares de Araújo Presidente da Câmara Municipal Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro 35.630-034 - Bom Despacho - MG

Assunto: Encaminha Projeto de Lei para apreciação

Senhor Vereador Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, o Projeto de Lei, o qual dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

A história do Brasil é marcada pelo processo da colonização portuguesa que, iniciado no século XVI, foi responsável pelo extermínio de diversos grupos indígenas e pela escravização de negros africanos. Legalmente estabelecida, a escravidão perpassou por mais de trezentos anos da história brasileira e, como consequência, deixou profundas marcas em nossa sociedade.

O Brasil carrega o fardo de ter sido o último país do Ocidente a abolir a escravidão, com a Lei Áurea de 1.888. E, além disso, no pós-abolição, o Estado brasileiro se eximiu da responsabilidade de integrar o povo negro na sociedade, e ainda criou mecanismos de exclusão social, como a instituição da política do colonato, que incentivou a imigração europeia para o país com o objetivo de estabelecer o branqueamento entre a população.

Durante as primeiras décadas do século XX, teorias raciais baseadas no "Darwinismo Social" propagaram a ideia de que havia raças inferiores e superiores entre os seres humanos. A partir destas teorias, o povo negro foi considerado inferior e um empecilho frente ao ideal eurocêntrico de civilização. Assim, ainda que com a liberdade assegurada, os negros foram submetidos a uma estrutura exclusiva e racista, fundamentada em teorias falaciosas.

A exclusão social tem bases raciais e é histórica. Permanece até hoje e pode ser notada a partir de dados estatísticos. Segundo o IBGE, embora a população negra corresponda a 52% da população brasileira, os negros são as vítimas em 75% dos casos de morte em ações policiais; correspondem a 64% dos desempregados, e a chance de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco.

Os números são assustadores e escancaram como o racismo atinge diretamente a vida da população negra. Não obstante, com a criação de cotas raciais, a integração da população negra em ambientes acadêmicos aumentou. Todavia, a falta de bolsas de incentivo é um obstáculo para que jovens negros deem continuidade aos estudos. A dificuldade e a desigualdade que a população negra enfrenta são reais.

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2.010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, marco importante na implantação da Política de Promoção e Igualdade Racial, objetivou garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de



Prefeitura Municipal de Bom Despacho Estado de Minas Gerais

Gabinete do Prefeito



intolerância étnica.

A administração municipal acompanhando diretrizes inclusivas, propôs legislações importantes que visam mitigar e até mesmo eliminar as disparidades de oportunidades em relação à educação, cultura, distribuição de renda, entre outros fatores, tratando com equidade as comunidades tradicionais, em busca da igualdade racial.

Em 3 de maio de 2.019, por meio da Lei nº 2.672, foi criado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, cujos membros atuais foram nomeados em 19 de maio de 2.021, consoante disposições do Decreto nº 9.002.

A finalidade do COMPIR é deliberar sobre as políticas que promovam a igualdade racial, o combate à discriminação étnico-racial, a redução das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, atuando no monitoramento e fiscalização dessas políticas públicas setoriais em nosso Município.

Em 20 de setembro de 2.021, foi aprovado por essa casa legislativa o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, por meio da Lei nº 2.818, que contém metas, objetivos e diretrizes da Política Pública de Promoção da Igualdade Racial.

Visando a articulação com o Governo Federal para implementação de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas, a gestão buscou aderir ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, o que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial no dia 7 de março de 2.022.

A Secretaria Municipal de Cultura iniciou o processo e juntou toda a documentação pertinente, no entanto, foi solicitada a criação de um órgão público voltado à promoção da igualdade racial na estrutura administrativa, como requisito para concluir o processo de adesão.

Embora exista, de fato, uma Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, inclusive com a nomeação de uma Coordenadora, precisamos atender ao requisito do Governo Federal e formalizá-la, incluindo-a em legislação específica para sermos admitidos no Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR.

Importante salientar que a adesão ao SINAPIR representará um ganho real para efetivar a política de promoção da igualdade racial, o que possibilitará ao Município de Bom Despacho ter preferência no repasse de recursos financeiros por meio de edital, realização de cursos de capacitação de técnicos e de comunidades quilombolas e disponibilização de equipamentos de escritório, garantindo à população negra, maiores oportunidades e garantias na defesa de direitos e no combate à discriminação e às demais formas de intolerância.

Salienta-se que a edição desta lei não trará impactos financeiros, haja vista que hoje já temos ocupado o cargo de Coordenação e de gestores empossados e nomeados para suporte e auxílio, apesar de inexistente o órgão próprio e específico.

À vista do exposto, ante os pressupostos fáticos, sociais e de direito apresentados, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para esta iniciativa.

Esperando contar com a aprovação por parte desta Egrégia Casa Legislativa, e, diante da relevância do tema tratado no Projeto de Lei anexo, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente

BERTOLINO DA SOTIOSE COSTA NETO: 50700553649 Desir 2022,07.04 (8-44-16-07) Bertolino da Costa Neto Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais Gabinete do Prefeito

Projeto de Lei nº 2.022



Dispõe sobre a criação da Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências.

- O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG, no uso de suas atribuições, em especial o inciso IV, do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nessa Egrégia Casa.
- **Art. 1º** Fica criada a Coordenadoria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo quanto à estrutura administrativa, ao espaço físico, equipamentos e quadro de pessoal.

Parágrafo único: A Coordenadoria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial será assistida por um Coordenador, cujo cargo será provido por servidor efetivo ou em comissão, destinado ao suporte administrativo-financeiro e à assessoria técnica necessários ao seu funcionamento.

- **Art. 2º** A Coordenadoria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial compete:
- a) Promover, estimular, acompanhar e zelar pelo cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial e demais normas legais inerentes à matéria;
- b) Formular, gerir e avaliar programas, projetos e serviços que visem à correção das desigualdades raciais e promoção da igualdade de oportunidades de forma territorializada;
- c) Desenvolver e coordenar a implementação do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, destinados ao enfrentamento das desigualdades étnico-raciais na educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia e demais políticas públicas;
- d) Estimular, apoiar e fortalecer iniciativas oriundas de outras áreas da administração pública, da sociedade civil e de outras instituições direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnico-raciais;
- e) Realizar ações territorializadas no enfrentamento da discriminação racial e da promoção da igualdade racial em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- f) Colaborar com o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial na consecução dos objetivos estabelecidos nesta Lei;
- g) Formular ações de promoção da defesa dos direitos e interesses das comunidades tradicionais, reduzindo as desigualdades e eliminando todas as formas de discriminação;
- h) Promover a preservação da memória e do patrimônio cultural dos grupos étnicoraciais;
- i) Propor e acompanhar as atividades de capacitação e de formação de pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de ações de promoção da igualdade étnica e racial no Município.
 - Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições



Prefeitura Municipal de Bom Despacho Estado de Minas Gerais Gabinete do Prefeito



Bom Despacho, 01 de julho de 2.022, 111º ano de emancipação do Município.

BERTOLINO DA Asianado diplatamente por BERTOLINO DA COSTA CO